



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

18 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.
ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS JAPONÊSES.

Pergunta. — O Brasil tem conseguido progresso econômico considerado mesmo como o «Milagre Brasileiro». Entretanto após a crise de petróleo de há três anos o Brasil tem sofrido estas conseqüências e sabemos que o seu balanço de pagamentos tem sido negativo nos últimos dois anos. Gostaria de saber, de Vossa Excelência, além destas medidas restritivas de importação que o Governo Brasileiro tomou para sanar este problema, quais as outras perspectivas que V. Ex^a tem em mente e se estas medidas restritivas de importação terão continuidade.

GEISEL — «A nossa economia se adapta às condições que o mundo de hoje vive. Evidentemente a crise do petróleo e a crise geral que se instalou no mundo implicaram em modificações no procedimento econômico do Brasil.

A nossa economia teve que se adaptar às novas contingências. E, desde logo, entre os problemas que logo surgiram, estão os que se relacionam com o balanço comercial de pagamentos. De um lado, redobramos nossos esforços no sentido de aumentar o volume e o valor de nossas exportações; o que não tem sido fácil, pois muitos dos mercados, afetados pela mesma crise, se fecharam aos produtos que vendíamos usualmente.

Não obstante, graças a esse esforço que se realiza, o valor das exportações — seja em 1975, seja no corrente ano — continua crescendo. Por outro lado, tivemos que adotar certas medidas de restrições às importações, sobretudo de produtos considerados supérfluos. Ao mesmo tempo, empreendemos um programa que teve em vista a produção interna no País de matérias-primas de que necessitávamos, principalmente de insumos básicos.

Procuramos particularmente desenvolver a produção de metais não ferrosos. E também de fertilizantes. Em consequência dessas medidas, a situação de nosso balanço comercial está progressivamente melhorando, com perspectivas de nos próximos anos atingirmos o equilíbrio. É claro que essas medidas, principalmente as restrições, nós as consideramos medidas temporárias e, assim que as condições do balanço de pagamentos o permitirem, tais restrições serão eliminadas.

O resultado das medidas adotadas se traduziu objetivamente na manutenção, ou mesmo no crescimento da confiança internacional sobretudo no setor financeiro. Esta confiança se traduz principalmente no aumento, sobretudo nos últimos meses, das nossas reservas cambiais. Estas reservas, que tinham decrescido no ano de 75, agora em 76 voltaram a subir e se situaram um pouco acima de 4 bilhões de dólares.

É claro que, em consequência dessas medidas, o ritmo de nosso crescimento tende a diminuir, o que corresponde aos objetivos que temos em vista.

O Brasil, que vinha crescendo a taxas de dez por cento ou pouco mais, diminuiu esse crescimento em 1975 para uma taxa de 4 ou 5 por cento, e este ano possivelmente a taxa será mantida em torno desse mesmo valor.

Presentemente, estamos com o foco de nossas preocupações já não tanto no balanço de pagamentos, mas sim no novo surto inflacionário que se verificou no país. Estamos assim preocupados em adotar medidas que, possivelmente, se refletirão no crescimento de nossa economia, mas que serão necessárias para evitar que essa inflação continue crescendo. Ao contrário, estamos nos esforçando para reduzi-la a índices bem menores dos que estão se verificando nos últimos meses. São três problemas que se conjugam: o do crescimento econômico, o do balanço de pagamentos e o da inflação.

As medidas do governo visam a atender a esses três problemas, dentro de uma contingência que decorre em grande parte da situação internacional. Estamos, entretanto, convencidos de que as dificuldades atuais e que vêm se manifestando principalmente a partir da crise de preços do petróleo, é transitória e que temos a possibilidade de vencê-la.

De um lado, pela nossa capacidade de trabalho, de outro, pelo potencial extraordinário de que o país goza. E, finalmente, pela cooperação internacional que não nos tem faltado, notadamente de países como a que se verifica presentemente aqui no Japão.

Estamos convencidos assim que, embora tenhamos que lutar (e a luta exige esforço, dedicação e

perseverança), chegaremos fatalmente a um bom resultado.

Pergunta — Há setores que estão praticamente dominados pelas empresas estatais. Por outro lado, como no caso da indústria automobilística, há setores em que predominam os capitais estrangeiros. Dentro deste contexto, gostaríamos de saber quais as medidas que seu Governo tem adotado para com as empresas estrangeiras e multinacionais.

GEISEL — «No Brasil, existe realmente empresas estatais — nós chamamos sociedades de economia mista — destinadas principalmente à infra-estrutura do País, refiro-me particularmente às estradas de ferro, ao setor de transportes, portanto, ao setor de energia e ao setor de comunicações, sobretudo telecomunicações. O País é extraordinariamente grande — dispomos de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados — e o equipamento desse território, a dotação desse território de infra-estrutura, é um problema vasto, dispendioso e complexo, essa é a razão por que esse setor ficou afeto ao governo, uma vez que a iniciativa privada possivelmente não teria condições de realizá-la, seja pelos recursos necessários, seja pela baixa rentabilidade que essa infra-estrutura por muito tempo proporcionaria ao capital empregado.

Afora esse quadro da infra-estrutura, muito raramente as empresas do Governo ou empresas estatais interferem. Há casos em que, como no dos produtos siderúrgicos e de produtos planos, o Gover-

no participa e com recursos elevados, porque a empresa privada não tem condições.

Afora esses casos que mencionei, praticamente toda atividade econômica — dos setores primário, secundário ou terciário — é da iniciativa privada. Nesse setor da iniciativa privada, recebemos a participação do Capital estrangeiro, consideramos essa participação muito útil e necessária, seja pelo aporte de capital que ela traz, mas também e principalmente pela tecnologia que ela proporciona.

O programa do Governo que está em vigor prevê um relativo equilíbrio dos investimentos das empresas do governo, das empresas privadas nacionais e das empresas estrangeiras, muitas vezes, esses três setores (Governo, Empresas privadas Nacionais e Empresas Estrangeiras) se interligam, formando empresas conjuntas, como ocorre em várias empresas que nós temos com entidades japonesas, muitas empresas no setor da petroquímica e outras, cuja orientação é estabelecer o equilíbrio entre os vários tipos de investimento, evitar os antagonismos entre eles e tanto quanto possível harmonizá-los.

Com relação ao capital estrangeiro, não estabelecemos restrições especiais. É que procuramos sempre orientar os investimentos estrangeiros para setores em que o capital nacional não esteja em condições de atender e também de forma que não se estabeleça uma competição ruínosa para a empresa nacional.

Pergunta — Qual é a posição do Brasil com relação ao problema norte-sul e no grupo dos 77?

GEISEL — O Brasil faz parte realmente do grupo dos 77, mas esse grupo atualmente acho que já é superior a 100. Esse grupo não é homogêneo em que países apresentem condições absolutamente iguais, há países mais pobres, há países menos pobres, há diferentes graus de subdesenvolvimento, ou de estágios «em desenvolvimento». É possível que, dentro desse grupo, o Brasil seja um dos países de melhores condições quanto à fase de procura do desenvolvimento. Mas todos nós temos, em conjunto, um problema essencial que é um desenvolvimento muito baixo. A nossa renda, em função da população de que dispomos, ou nossa renda «per capita», é muito baixa, fato esse que nos diferencia essencialmente dos países altamente industrializados, ou países desenvolvidos o que faz com que se use a expressão de antagonismo entre norte e sul.

Nós acreditamos que a posição do Brasil é a sua posição dos 77. Entretanto, não cultivamos esse antagonismo como sentimento radical. Somos partidários do entendimento. E acreditamos que o desenvolvimento depende em grande parte do nosso próprio esforço.

Mas depende também muito da compreensão dos países desenvolvidos e do auxílio que eles podem prestar, seja através da tecnologia, seja através de um comércio mais justo, para que esses países subdesenvolvidos possam crescer economicamente.

Pergunta — O Brasil não participa do cartel dos países exportadores de minério de ferro? Mas

o Brasil é favorável à formação de cartéis para recursos naturais, e se não é favorável por quê?

GEISEL — «São duas partes. Vejamos primeiro a que se refere aos cartéis, a intenção ou objetivo relacionado com cartéis de minério de ferro. O Brasil em princípio é contrário à formação de cartéis. É a política tradicional que o País tem adotado na organização de países produtores de produtos comuns é dialogarem entre si. O objetivo que se tem em vista é atingir um adequado entendimento, entre produtores e consumidores, com uma dupla finalidade, de um lado, assegurar uma remuneração adequada aos produtos que se vendem. Evitar o aviltamento dos preços desses produtos por uma concorrência ruínosa. Mas, de outro lado, evitar também que o consumidor sofra as conseqüências de uma alta de preços artificial exagerada. Isso corresponde à política brasileira de resolver seus problemas pelo entendimento.

O Brasil tem procedido assim, no caso de produtos como o café, por exemplo, estabelecendo um acordo internacional entre países produtores e países consumidores.

Política idêntica adotamos com relação ao cacau e na política latino-americana do açúcar. Com relação ao cartel internacional de minério de ferro. O Brasil não participa da organização. Está apenas como observador. Até hoje, não ingressou formalmente nessa organização, justamente porque seu espírito fundamental é contra a cartelização. O Brasil só ingressaria nessa organização como membro efetivo se a concorrência ou as condições de mercado se

apresentarem de tal forma que o baixo preço venha a constituir um real prejuízo para o País.

O Brasil não participa da OECD porque ainda se considera um país em desenvolvimento. Como já disse anteriormente, nossa posição está mais ao lado do grupo dos 77. Nossa posição dentro da OECD seria, evidentemente, uma posição falsa. Nós teríamos o inconveniente de estarmos em uma companhia em que a posição nossa seria evidentemente muito inferior e perderíamos a posição solidária do grupo que, como nós, luta pelo desenvolvimento.

Então, procurando ser realista, o estágio atual da economia brasileira não justificaria que se pense em incluí-lo na OECD.

Pergunta — Qual é a atuação até o presente momento da ALALC e da Sela?

GEISEL — A ALALC é uma organização do comércio latino-americano. Ela em si não é um fim. É um meio. É um processo, dentro dos países latino-americanos, para o incremento de suas relações comerciais.

Os resultados colhidos nestes quinze anos que a organização já completou, estão sendo realmente vultosos e tem se caracterizado por um crescimento muito grande do comércio dos países da América Latina. É evidente que a organização não tem um caráter exclusivista. A margem das relações que se estabelecem dentro da organização da ALALC, subsistem as relações entre os diferentes países da América Latina e destes com os demais países do mundo.

Apesar das naturais dificuldades que a vida de uma organização como esta apresenta, pelos conflitos de interesse que muitas vezes surgem, e que é preciso que sejam resolvidos adequadamente, eu considero a Organização como proveitosa e atingindo efetivamente os resultados correspondentes à concepção original que deu origem à sua constituição.

A Sela é uma organização nova, recentemente implantada, funcionando com sede na Venezuela, em Caracas, que aprovou seu primeiro programa há poucos meses, mas que permite, pela orientação que tem sido adotada, chegar-se a bom resultado, sobretudo promovendo empreendimentos industriais de natureza agrícola em conjunto dentro de vários países. A programação estabelecida, embora ainda apenas em início de execução, permite uma previsão otimista sobre os resultados que poderá obter.